



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA DE ICAPUÍ, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DAS PORTARIAS NºS 10 e 11 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014, RESPECTIVAMENTE, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia 18 (dezoito) do mês de fevereiro do ano de 2014, às 8 horas, na Sala de Audiências da Comarca de Icapuí, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar Joaquim Vieira Cavalcante Neto; a Juíza Titular Dra. Juliana Porto Sales, o Diretor de Secretaria Francisco Dione Braga, teve início a inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epigrafados.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria. Após a conferência dos dados constantes do mencionado formulário, iniciou-se o exame das ações em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação às ações referentes a réus presos provisoriamente, mandados de segurança, ações civis públicas, improbidade administrativa, processos submetidos à Meta 2 de 2009 e 2 de 2010, infância e juventude, processos prioritários (Estatuto do Idoso), conclusos há mais de cem dias, as execuções penais, processos administrativos, além das cartas precatórias.

Foram analisados e despachados 371 feitos, o que corresponde a 19,52 % do acervo em tramitação (1900 ações), tomando-se por base as informações constantes do FICOVI.

A unidade conta com 10 (dez) servidores cedidos pela Prefeitura Municipal. Existem (03) servidores do quadro do Tribunal de Justiça e um (01) comissionado, o Diretor de Secretaria.

ANÁLISE DE PROCESSOS:

Foram analisadas 83(oitenta e três), todas elas com regular andamento, exceção apenas do feito de nº 3949.29.2014.8.06.0089/0, procedente da Comarca de Umirim, datado de fevereiro de 2007, sem qualquer movimentação. Foram analisados ainda processos da meta 02 do CNJ e cujo andamento acha-se na faixa do aceitável, sem que sejam registrados atrasos significativos no andamentos de tais feitos. Examinados ainda processos com excesso de prazo, ações cíveis públicas, processos da infância e juventude, preferenciais de idosos e execução penal. Registre-se que não foram encontrados processos com atrasos significativos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Ao exame de mandados de segurança constatou-se bom andamento de tais causas.

No que diz respeito aos processos em curso referente ao Estatuto do Idoso, estão devidamente identificados com etiquetas próprias, o que permite tramitação diferenciada, verificou-se pequeno atraso no andamento processual, necessitando de celeridade, em razão da prioridade que lhes é legalmente conferida.

A última sessão do tribunal do júri na comarca ocorreu dia 11/11/2010, foram julgados 04(quatro) réus; existem atualmente 04(quatro) processos na competência do tribunal do júri pronto para julgamento e a expectativa de que até março outros 04(quatro) também estejam prontos para julgar.

Com relação aos processos conclusos há mais de cem dias, verificou-se aproximadamente 30 feitos sem que contudo registre-se atrasos em excesso.

Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: a) a unidade está interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); b) A juíza em respondência está cadastrada no sistema Bacenjud, Infojud e Renajud, (META 8 de 2009); c) O Diretor informou que a Magistrada concluiu o curso de capacitação em Administração Judiciária, (META 8 de 2010); d) encontra-se implantado, na unidade, o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011); e) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; f) a unidade não cumpriu as Metas 3 de 2011 e Meta 1 de 2012, no sentido de julgar processos em número maior ao de feitos distribuídos, cabendo ressalva de que o atingimento da meta deve considerar processos efetivamente **julgados** durante o ano e não os que foram **arquivados**; f) quando considerados os dez primeiros meses de 2013, de acordo com dados extraídos do SGEJ, constata-se que a Meta 1 de 2013 não está sendo atingida, uma vez que os feitos distribuídos não superam os processos sentenciados: há informação de 1080 feitos novos entrados e 736 julgados; g) foram detectadas ações de improbidade administrativa ajuizada antes de 31 de dezembro de 2011 e que deverão ser concluídas até 31 de dezembro de 2013 (Meta 18 de 2013) iii) **Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ:** os mandados foram cadastrados no BNMP; iv) **Conselho da**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéa – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Comunidade: foi instalado na Comarca em 26/05/2008, a portaria da criação do Conselho não foi encontrada pelo diretor de secretaria. Atualmente no Conselho existem 02(dois) integrantes ; v) **Projeto Pai Presente:** Foi feita uma triagem no arquivo vivo e morto para verificar a existência de ações de adoção e também da investigação de paternidade dos nomes constantes da relação encaminhada pela Corregedoria Geral, foram verificados no juízo (06) seis procedimentos administrativos referentes a reconhecimento de paternidade.

INSTALAÇÕES FÍSICAS DO FÓRUM: verificou-se que estão em bom estado de conservação e limpeza. Com relação aos computadores existentes na Secretaria não são suficiente para atender à demanda processual, sendo necessários pelo menos mais duas máquinas para satisfazer as necessidades da vara.

LIVROS: Todos os livros analisados estão discriminados em formulário próprio com as observações pertinentes a cada um.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: Não foi instalado o Núcleo de Conciliação na Comarca.

BOAS PRÁTICAS: Foi adotado pela secretaria da vara formulário processual resumido, no qual é anexado na capa ou contra capa dos autos criminais com o resumo de todos os atos do processo(data do fato, data do recebimento da denúncia, data do aditamento etc. Que facilita o manuseio levando ao processamento mais célere do feito(agendamento de audiências, prolação de sentença, cumprimento de expedientes etc) de acordo com o tipo penal a data de ajuizamento da denúncia, a data do fato, o tempo que o réu encontra-se preso entre outros. As sentenças são proferidas por temas.

CADEIA PÚBLICA: A Cadeia Pública da Comarca de Icapuí, está instalada em precário prédio que necessita reparos urgentes; o prédio conta com 03 pequenas celas , uma cozinha, uma sala e uma área livre onde se dá o banho de sol dos detentos; as celas destinam-se ao acolhimento de 09 presos, lá estando recolhidos 40 homens; um dos detentos funciona como cozinheiro; o estabelecimento conta com 4 agentes penitenciários; 40 presos cumprem suas penas no regime fechado e um outro em regime aberto.

RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes já por ocasião do encerramento da inspeção: a) a Unidade deverá aprimorar a aplicação do Manual de rotinas – procedimento Cível ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor da Secretaria, o que permitirá maior



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambeba - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

impulso dos processos; b) deve haver especial empenho da Unidade quanto ao cumprimento das Metas 2 de 2009 e 2 de 2010; c) iniciar e concluir com brevidade o cadastramento no Banco Nacional de Mandados de Prisão; d) adotar as providências para o efetivo funcionamento do Conselho da Comunidade; e) impulsionar, com brevidade, os feitos afetos à Infância e Juventude, Mandados de Segurança, Ações Cíveis Públicas, Improbidade Administrativa e conclusos há mais de cem dias; g) marcar, com urgência, a pauta de julgamentos do Tribunal do Júri, h) a Secretaria deverá tentar junto ao CATI uma forma de resolver o problema quanto à possibilidade de cadastramentos dos mandados antigos no BNMP; de outro ponto necessário se faz que venha a senhora juíza titular da Comarca coibir que venha o senhor diretor de secretaria despachar nos autos, o que constatado em alguns feitos.

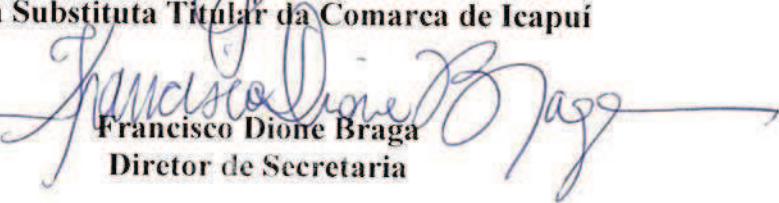
RECLAMAÇÕES: não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção, às 17:30 horas, do dia 18 de fevereiro de 2014, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papeis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Juiz Corregedor Auxiliar e servidora lotada na Unidade.


Joaquim Vieira Cavalcante Neto
Juiz Corregedor Auxiliar


Juliana Porto Sales
Juíza Substituta Titular da Comarca de Icapuí


Francisco Dione Braga
Diretor de Secretaria